

Uma nova situação mundial teve início: acabou a trégua imperialista do pós-guerra!

Proposta de informe político ao Congresso de fundação da nova seção brasileira da ICR

*“Tomemos o exemplo da Índia, da Indochina e da China. É sabido que essas três colônias e semicolônias, com uma população de 600 a 700 milhões de habitantes, estão submetidas à exploração do capital financeiro de várias potências imperialistas: Inglaterra, França, Japão, EUA, etc. Suponhamos que esses países imperialistas formem alianças, uma contra a outra, com o objetivo de defender ou estender suas possessões, seus interesses e suas ‘esferas de influência’ nos referidos países asiáticos. Essas alianças seriam alianças ‘interimperialistas’ ou ‘ultra-imperialistas’. Suponhamos que todas as potências imperialistas constituam uma aliança para a partilha ‘pacífica’ desses países asiáticos: essa seria uma aliança do ‘capital financeiro unido internacionalmente’. Na história do século XX encontramos casos concretos de alianças desse tipo: tais são, por exemplo, as relações entre as potências no que se refere à China¹. E será ‘concebível’, perguntamos, pressupondo a manutenção do capitalismo (e é precisamente esta condição que Kautsky apresenta), que as referidas alianças não sejam efêmeras, que excluam as fricções, os conflitos e a luta em todas as formas imagináveis? Basta formular claramente a pergunta para que seja impossível dar-lhe uma resposta que não seja negativa, pois **sob o capitalismo é inconcebível uma partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias, etc., que não se dê pela força dos que participam da partilha, a força econômica, financeira, militar, etc. E a força dos que participam da partilha modifica-se de forma desigual, já que o desenvolvimento harmônico das diferentes empresas, trustes, setores industriais e países é impossível sob o capitalismo. Há meio século, a Alemanha era uma absoluta insignificância comparando a sua força capitalista com a da Inglaterra de então; o mesmo se pode dizer do Japão se o compararmos com a Rússia. É ‘concebível’ que dentro de dez ou vinte anos permaneça invariável a correlação de forças entre as potências imperialistas? É absolutamente inconcebível. Portanto, no mundo capitalista real, e não na fantasia pequeno-burguesa banal dos padres ingleses ou do ‘marxista’ alemão Kautsky, alianças ‘interimperialistas’ ou ‘ultra-imperialistas’ — qualquer que seja sua forma: uma coalizão imperialista contra outra ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas — podem inevitavelmente ser apenas ‘trégua’ entre guerras. Alianças pacíficas nascem de guerras e, ao mesmo tempo, preparam novas guerras, condicionando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas pacíficas e não pacíficas de luta sobre uma única e mesma base de laços imperialistas e relações recíprocas entre a economia e a política mundiais... E o sapientíssimo Kautsky, para tranquilizar os operários e os reconciliar com os social-chauvinistas que se passaram para a burguesia, separa os elos de uma única e mesma cadeia, separa a atual aliança pacífica (que é ultra-imperialista e mesmo ultra-ultra-imperialista) de todas as potências, criada para a ‘pacificação’ da China (recordai o esmagamento da insurreição dos boxers), do conflito não pacífico de amanhã, que preparará para depois de amanhã outra aliança ‘pacífica’ geral para a partilha, suponhamos, da Turquia, etc., etc. Em vez da ligação viva entre os períodos de paz imperialista e de guerras imperialistas, Kautsky oferece aos operários uma abstração morta, a fim de os reconciliar com os seus chefes mortos.” (Lênin, V. I., 1916, “Imperialismo, estágio superior do capitalismo”, ênfases nossas)***

À luz dos escritos de Lênin sobre o atual estágio do capitalismo, com particular atenção ao excerto que adotamos como epígrafe deste documento (em que Lênin polemiza com Kautsky acerca da concepção deste sobre a possibilidade do desenvolvimento de um “ultra-imperialismo”), **como poderíamos definir a ordem mundial estabelecida ao final da 2ª Guerra Mundial senão como uma “trégua” entre as potências imperialistas, imposta pelo imperialismo mais forte (EUA) e sob condições que o favoreciam?** Uma “aliança” que, segundo Lênin, só poderia ser efêmera. Entretanto, tal trégua, tal aliança, tal ordem imperialista estabelecida teve longa duração (cerca de 80 anos!) devido centralmente à grande disparidade de forças entre os EUA e os demais imperialismos, mas também a condições impostas pela luta de classes (principalmente pela existência da URSS e as diversas revoluções no período) e a fatores econômicos (o *boom* do pós-guerra e a posterior restauração capitalista na URSS e na China). Mas agora

¹ Lênin refere-se ao chamado “Protocolo Final” assinado em 7 de Setembro de 1901 entre Inglaterra, Áustria-Hungria, Bélgica, Alemanha, Itália, Espanha, Holanda, Rússia, EUA, França, Japão e imposto à China na sequência do esmagamento da “insurreição dos boxers” de 1899-1901. Foi uma insurreição popular anti-imperialista, iniciada no norte da China pela sociedade secreta Yi-Ho-Tsiuan (Punho da Justiça e da Concórdia), que mais tarde passou a chamar-se Yi-Ho-Tuan (Destacamento da Justiça e da Concórdia). Em Junho de 1900, os insurrectos alcançam Pequim. A insurreição foi cruelmente esmagada pelo corpo punitivo unificado das potências estrangeiras (Alemanha, Inglaterra, Japão, Rússia e EUA), encabeçado pelo general alemão Waldersee. Na prática, com o “Protocolo Final”, a China se tornava uma semicolônia da aliança imperialista.

essa trégua acabou. E o som grave e pesado que a humanidade sente ressoar vibrando das profundezas da sociedade de classes é o rufar dos tambores da guerra.

Isso não quer dizer que o período de conflito que se abre agora ao fim desta longa trégua imperialista levará imediata ou necessariamente a uma guerra mundial de enfrentamento direto entre as potências imperialistas. Os conflitos podem adquirir diferentes formas, ritmos e graus de intensidade. Mas já não há mais nenhum “acordo de cavalheiros” a ser respeitado ou honrado.

Compreender esta nova situação de conflito entre as classes dominantes é fundamental para os que querem ajudar a classe trabalhadora a encontrar o caminho da revolução e das vitórias.

O que foi a “Trégua” ou a “Ordem Mundial” do pós-guerra?

Já em julho de 1944, ainda durante a 2ª Guerra Mundial, reuniram-se em Bretton-Woods (EUA), representantes de 44 países (dentre os quais, EUA, Canadá, todos países da Europa Ocidental e Austrália) e definiram regras para o sistema monetário internacional, criando o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (BIRD), propostos pelos economistas John Maynard Keynes (Reino Unido) e Harry Dexter White (EUA). No sistema de Bretton-Woods, os países que aderiram ao FMI concordaram em estabelecer câmbio fixo. Cada um fixaria sua taxa de câmbio em relação ao ouro, que por sua vez tinha valor fixo de US\$ 35 por onça troy. Além do aspecto cambial, o acordo previa que o FMI concederia crédito aos países para suportar dificuldades temporárias de pagamento. A cada país foi atribuída uma quota de participação no Fundo, que estabelece uma proporção de quanto pode obter em financiamento e de seu poder de voto nas deliberações do organismo. Obviamente, esta aliança entre nações expressava o acordo de partilha do mundo entre os países imperialistas para o período pós-guerra, principalmente através da impulsão das dívidas públicas dos Estados que viriam a ser “socorridos” pelo FMI e a hierarquização dessa partilha com os EUA no topo, que era o país que emitia os dólares vinculados ao ouro (que em sua maior parte estava guardado em Fort Knox, nos EUA).

Pouco tempo depois, com a Berlim nazista já cercada ao final da 2ª Guerra Mundial, os chefes de Estado dos principais países imperialistas vencedores, Roosevelt (EUA) e Churchill (Inglaterra) fizeram um acordo com Stalin (URSS) num encontro em Yalta, na Criméia, de 4 a 11 de fevereiro de 1945. As principais decisões deste encontro foram: a divisão da Alemanha em zonas de ocupação (americana, britânica e soviética); a desmilitarização e desnazificação da Alemanha; a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) “para garantir a paz mundial”; a definição de esferas de influência na Europa, com o Leste Europeu para a URSS e a Europa Ocidental para EUA e Reino Unido; a entrada da URSS na guerra contra o Japão após a rendição da Alemanha; e a “Declaração da Europa Libertada” que garantia aos povos europeus “criar instituições democráticas de sua própria escolha” e prometia “o estabelecimento mais rápido possível por meio de eleições livres de governos que atendam à vontade do povo”.

Depois em Potsdam, próximo a Berlim, de 17 de julho a 2 de agosto de 1945, reuniram-se Harry Truman (EUA, substituindo Roosevelt que havia falecido), Winston Churchill (substituído no meio do encontro por Clement Attlee, novo premiê britânico eleito) e Josef Stalin (URSS). A Alemanha já havia se rendido (em maio de 1945), mas a guerra contra o Japão continuava. As principais decisões adotadas no encontro de Potsdam foram: a reafirmação da divisão da Alemanha e de Berlim em quatro zonas de ocupação (agora incluindo uma zona sob ocupação francesa); o julgamento de criminosos de guerra nazistas (o que vieram a ser os Julgamentos de Nuremberg); a aprovação da “Declaração de Potsdam”, que exigia a rendição incondicional do Japão (ameaçando “destruição total” caso recusasse – sendo que neste encontro Truman revelou que os EUA possuíam a bomba atômica); e a definição sobre reparações de guerra e administração dos territórios alemães.

Os acordos de Yalta e Potsdam, desde uma perspectiva de classe, foram acordos contrarrevolucionários entre a burocracia soviética dirigida por Stalin e os representantes do imperialismo.

Stalin já havia dissolvido a Internacional Comunista em 1943 atendendo ao pedido dos “aliados”. E, após a vitória do Exército Vermelho sobre os nazistas, as tropas soviéticas podiam ter ocupado toda a Alemanha e avançado pelos territórios que haviam sido ocupados pelos nazistas na Europa Ocidental, mas Stalin decidiu não fazê-lo em respeito às tratativas com os aliados. Os acordos de Yalta permitiram certas vantagens territoriais à URSS, como os Balcãs, o acesso ao Mar Negro, parte da Polônia, etc. Mas o preço foi o apoio de Stalin à manutenção do capitalismo na Europa Ocidental, permitindo a recomposição de democracias burguesas onde o proletariado tinha todas as condições de assumir o poder com o fim das ocupações nazistas. Stalin assim se comprometia implicitamente a orientar os Partidos Comunistas do mundo inteiro a não organizar ou dirigir revoluções nos países que estivessem sob as “esferas de influência” definidas nos acordos como não sendo aquelas da URSS (ou seja, praticamente o mundo todo, com exceção do Leste Europeu e parte da Ásia).

A Grécia, por exemplo, situava-se na esfera de influência da Inglaterra. Após as milícias comunistas terem expulsado os nazistas, as tropas soviéticas permitiram que os ingleses invadissem a Grécia e iniciassem o massacre dos comunistas. Posteriormente, os comunistas retomaram a luta armada. No entanto, em 1949, Stalin ordenou que depusessem suas armas.

O período de trégua entre as potências imperialistas após a 2ª Guerra Mundial foi prolongado em primeiro lugar pela existência do Estado operário na URSS. A vaga revolucionária que varreu a Europa no pós-guerra tornou flagrante que a guerra imperialista trazia o perigo da revolução proletária. Ficou evidente que as revoluções russa, alemã e húngara, que sucederam a 1ª Guerra Mundial, não tinham sido acidentes históricos, mas em grande parte uma consequência da guerra imperialista. Os acordos de Yalta e Potsdam buscavam estabelecer uma “coexistência pacífica” entre as potências imperialistas e a URSS com o principal objetivo de impedir que a URSS fosse usada como ponto de apoio pela classe trabalhadora de outros países para suas revoluções.

Ao mesmo tempo, a burocracia stalinista necessitava do “inimigo externo” para impedir uma revolução política dentro de casa. A “Guerra Fria”, que marcou todo este período, serviu ao imperialismo estadunidense, que criou a OTAN, motorizou o mercado de armamentos e multiplicou suas bases militares pelo planeta, como também serviu à burocracia soviética.

Mas este período de trégua entre as potências imperialistas também se assentou sobre uma base material importante, que foi o enorme crescimento econômico experimentado no pós-guerra, principalmente a partir do Plano Marshall para a reconstrução da Europa. Esse crescimento possibilitou às burguesias europeias fazerem uma série de concessões à classe trabalhadora que se sentia forte e ameaçava a ordem estabelecida. Essas concessões arrancadas pelas lutas da classe trabalhadora europeia definiram o que ficou conhecido como o “estado de bem-estar social”.

Entretanto, **o que ficou conhecido como “Ordem mundial de Yalta e Potsdam” acabou entre 1989 e 1991** com a queda do Muro de Berlim, da URSS e dos Estados operários burocráticos do Leste Europeu. Com exceção da ONU, que permaneceu, todo o restante dos acordos de Yalta e Potsdam já não permaneciam, pois não existia mais um dos atores que figurava como parte do acordo: a URSS.

Por outro lado, a trégua entre as potências imperialistas estabelecida no pós-guerra sobreviveu ao fim da ordem de Yalta e Potsdam. Esse acordo de trégua fundado em Breton-Woods havia sido reformado em 1974, com a “Nova Ordem Econômica Mundial” aprovada pela ONU em meio à crise do petróleo e após o chamado “Choque Nixon” de 1971, quando os EUA, de forma unilateral, acabaram com a convertibilidade do dólar em ouro, o que tornou o dólar uma moeda fiduciária. Essa decisão criou uma situação em que o dólar americano se manteve como moeda de reserva usada por muitos países, mas sem lastro algum com o ouro. Ao mesmo tempo, outras moedas, que até então eram fixas (como a libra esterlina, por exemplo), passaram a ser flutuantes.

Com o fim da Ordem de Yalta e Potsdam em 1991, e com a continuidade da ordem mundial imperialista – ou seja, a trégua entre as potências imperialistas após a guerra, para usar um termo de Lênin –, houve quem pensasse que se tratava do “fim da história”. Mas as “tréguas”, como Lênin explicou, não podem ser eternas como chegou a conceber Kautsky. A trégua após a 2ª Guerra Mundial só poderia ser efêmera (mesmo que prolongada). O desenvolvimento desigual do capitalismo levaria a um desequilíbrio da correlação de forças entre as potências imperialistas mais cedo ou mais tarde. E as próprias contradições internas do capitalismo produzem sempre mais luta de classes.

Esse prolongamento durou ainda um pouco mais também porque a restauração do capitalismo na URSS e na China propiciou novos mercados a serem explorados, bem como novas áreas de investimento, novas fontes de matéria-prima que antes estavam inacessíveis ao capital financeiro. Isso deu uma sobrevida ao período de trégua imperialista. A União Europeia criada em 1993 pelo Tratado de Maastricht e a OMC (Organização Mundial do Comércio) criada em 1995 são expressões dessa fase de sobrevida da trégua imperialista. Mas agora essa trégua acabou!

Marx explicou que a superestrutura das sociedades não acompanha as mudanças estruturais no mesmo ritmo. Geralmente há um descompasso. É comum que mudanças estruturais se choquem com a superestrutura do período anterior que insiste em permanecer. Por isso, formalmente, ainda existe FMI, BIRD, ONU, OTAN, OMC, União Europeia, etc. Toda uma superestrutura criada para o período de trégua entre as potências imperialistas após a 2ª Guerra Mundial. Mas, recentemente vimos cada uma dessas instituições ser profundamente questionada. Elas ainda existem. Estão lá. Mas não jogam mais o mesmo papel, porque não há mais acordo de trégua. E quando o que impera é a lei do mais forte, todas as leis acordadas anteriormente deixam de valer.

Uma parte dessa superestrutura obsoleta tende a ser destruída, outra parte poderá ser convertida em instrumentos de ataque contra alguns daqueles que antes foram aliados fundadores dessa mesma superestrutura.

O desenvolvimento da crise do capital se aprofundará ainda mais nesta nova situação de conflito aberto entre as potências imperialistas, o que significará mais polarização entre as classes, guerras e revoluções, mas também necessariamente diferenciações políticas no interior de todas as classes sociais, o que levará a conflitos cada vez mais agudos na cúpula da sociedade e ao mesmo tempo reorganizações na classe trabalhadora, que para lutar se verá cada vez mais obrigada a enfrentar a política oportunista e os dirigentes oficiais das organizações que a classe ainda reconhece como suas.

A entrada da China na disputa imperialista mundial do Século XXI

Não há como compreender a nova situação mundial sem analisar e compreender o fato de que hoje a China é uma potência imperialista em franca ascensão.

Além da razão política do prolongamento do período de trégua entre as potências imperialistas de que já tratamos (a saber, a necessidade de conter o movimento revolucionário da classe trabalhadora que saiu fortalecida após a derrota dos nazistas e contava com a existência de um poderoso Estado operário, mesmo que degenerado, a URSS) e das razões econômicas das quais também já tratamos (o enorme crescimento econômico no pós-guerra e posteriormente a restauração capitalista na URSS e na China) há um outro fator importante, que foi também influenciado por esses outros dois já explicados, que foi **o prolongado equilíbrio da correlação de forças entre as potências imperialistas**. Apesar de ter havido um crescimento importante do imperialismo japonês nos anos 1980, o fato é que a superioridade dos EUA era tão elevada que as oscilações nessa correlação de forças acabaram sendo minoradas.

Mas nos últimos 15 anos, pelo menos, esse equilíbrio foi sendo abalado pela ascensão da China, pela estagnação dos EUA (que pode ser considerada como um “declínio relativo”) e pelo declínio – este sim

absoluto – dos imperialismos europeus e japoneses. E este é o principal motivo que faz com que a trégua de 80 anos entre as potências imperialistas agora não possa ser mais viável.

Durante o 3º Congresso da Internacional Comunista (1921), proferindo seu informe sobre “A Crise Econômica Mundial e as Novas Tarefas da Internacional Comunista”, Leon Trotsky explicava:

“O equilíbrio capitalista é um fenômeno extremamente complexo. O capitalismo produz esse equilíbrio, o rompe, restaura-o novamente para rompê-lo de novo, simultaneamente estendendo os limites de sua dominação. Na esfera econômica, essas constantes rupturas e restaurações do equilíbrio assumem a forma de crises e booms. Na esfera das relações inter-classes, a ruptura do equilíbrio assume a forma de greves, locautes, luta revolucionária. Na esfera das relações inter-Estados, a ruptura do equilíbrio significa guerra ou – em uma forma menos intensa – guerras tarifárias, guerra econômica ou bloqueios. O capitalismo possui, portanto, um equilíbrio dinâmico, que está sempre em processo de ruptura ou restauração. Mas, ao mesmo tempo, esse equilíbrio tem um grande poder de resistência, cuja melhor prova disso é o fato de que o mundo capitalista não foi derrubado até hoje.”

Esse desequilíbrio, ou “ruptura do equilíbrio capitalista” – como explicou Trotsky – que na esfera das relações “inter-Estados” assume a forma de guerras, mas antes, quando a intensidade ainda não é extrema a ponto de lançar as nações à guerra, assume a forma de “guerras tarifárias”, é precisamente o que estamos vendo diante de nossos olhos hoje na arena internacional.

O que Lênin chamou de “períodos de guerra e períodos de trégua” entre as potências imperialistas, Trotsky aqui explicou como “ruptura e restauração do equilíbrio capitalista na esfera das relações inter-Estados”.

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, que foi uma expressão extrema de desequilíbrio do capitalismo, o período de relativo equilíbrio dos últimos 80 anos (ou de “trégua” se preferirmos usar o termo escolhido por Lênin naquela explicação já citada), foi abalado muitas vezes.

Na esfera econômica, as expressões desses abalos foram principalmente a crise de 1973, a crise de 1999-2002, a crise de 2008-2009, a crise da pandemia.

Na esfera das relações inter-classes, as expressões foram as inúmeras revoluções, greves gerais, lutas insurrecionais que marcaram as últimas oito décadas, talvez com seu pico entre 1968 e 1980, quando houve situações revolucionárias ao redor do mundo todo.

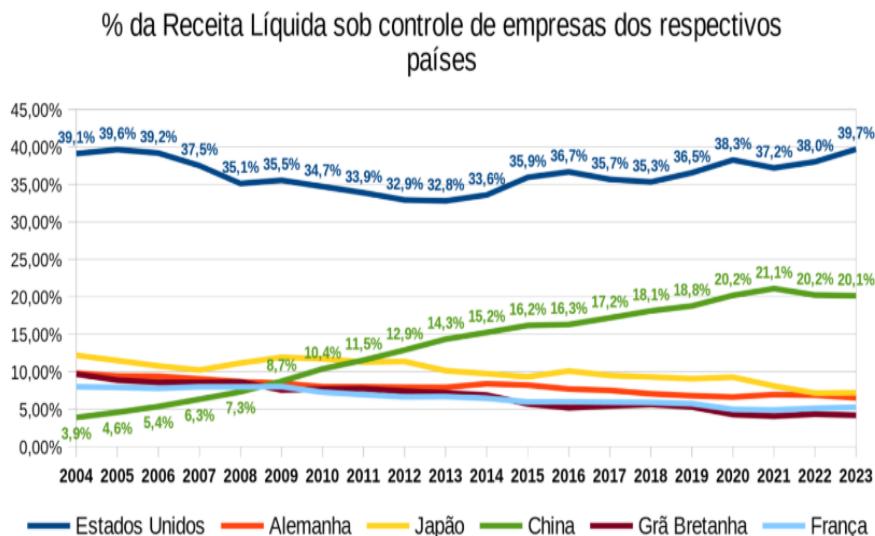
Porém, a burguesia imperialista soube adotar medidas para interromper e empurrar as crises econômicas para o futuro, e contou com a inestimável ajuda das direções da classe trabalhadora de todas as colorações políticas para trair as revoluções e levar os movimentos do proletariado à derrota. Mas isso tudo tem um limite.

Cada crise econômica interrompida e postergada preparou as condições para crises cada vez maiores e reduziu cada vez mais as possibilidades de contramedida.

Assim como cada revolução traída e luta de massas derrotada levou a uma evolução da relação entre as massas proletárias e suas direções. Num primeiro momento abalando a confiança das massas nas suas direções tradicionais; em seguida levando à busca por criar novas direções, mesmo que com um programa reformista ou insuficiente; e, agora, a busca por parte significativa das novas gerações por uma direção radical, pelo comunismo.

Já na esfera das relações inter-Estados, se os vários desequilíbrios nos últimos 80 anos puderam ser contornados e mitigados pela enorme superioridade do imperialismo estadunidense, a atual ascensão da China escancara que neste terreno também o equilíbrio capitalista encontrou limites.

No gráfico abaixo, produzido pelo ILAESE (Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-Econômicos), podemos analisar uma amostragem do capital mundial, equivalente a cerca de 80% do PIB mundial industrial, calculado a partir da receita líquida das 500 maiores empresas do mundo, conforme a propriedade do capital pelas burguesias dos respectivos países (de 2004 a 2023).



Como podemos ver, as empresas de capital chinês representavam apenas 3,9% do total da receita líquida dessas 500 empresas em 2004. Entretanto, em 2023, a China passou a ocupar o segundo lugar, apenas atrás dos EUA, com 20,1%. As empresas dos EUA sofreram uma queda importante a partir de 2007 (início da crise), mas depois se recuperaram e mantiveram a mesma proporção, de cerca de 39%, de vinte anos antes. Os países que sofreram quedas maiores foram os imperialismos europeus e japonês. Isso indica uma estagnação dos EUA (ou um declínio relativo) e uma forte ascensão da China que ocupa espaço deixado pelo declínio absoluto da Europa e Japão.

É evidente que a China continua muito atrás dos EUA, porém a tendência de ascensão da China é muito contrastante com a tendência de estagnação dos EUA. Embora ainda não haja uma disputa pela hegemonia global hoje, a tendência mostra que isso é uma possibilidade para os próximos anos. Diferentemente dos imperialismos europeus e japonês, cujas variações de força não incomodavam a hegemonia dos EUA, o crescimento vigoroso da China a credencia como um concorrente desafiador do imperialismo estadunidense.

Neste outro gráfico a seguir é possível visualizar quando o desenvolvimento da China deu um salto de qualidade.



Podemos ver que entre 1985 e 2009 as importações chinesas superavam as exportações (em porcentagem do PIB). A partir de 2013 isso se inverteu e as exportações superaram as importações claramente. Este ponto de inflexão, entre 2009 e 2012 (que coincide com o momento em que o capital chinês ultrapassa o japonês, assumindo o posto de 2º lugar no mundo, como vimos no gráfico anterior), coincide com a crise mundial iniciada pelo estouro da bolha dos *subprime* nos EUA em 2007-2008.

A dinâmica econômica global está sendo radicalmente redefinida pela crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a China. As medidas protecionistas de Trump, como tarifas elevadas, são uma resposta à superprodução mundial e uma tentativa de garantir a dominação sobre o sistema financeiro global, rotas comerciais estratégicas, exploração de recursos e de mão de obra, que vê ameaçada pelo ascenso chinês.

A China tornou-se líder em setores de alta tecnologia como veículos elétricos, baterias para veículos elétricos, células fotovoltaicas, drones comerciais e infraestrutura 5G. Quase três quartos dos veículos elétricos do mundo em 2024 foram produzidos por empresas chinesas. A China respondeu por 40% das exportações globais de veículos elétricos em 2024. Também possui um domínio completo na cadeia de suprimentos de energia solar e fabrica a maioria das baterias do mundo para veículos elétricos e outros usos. Só duas empresas chinesas, a CATL e a BYD, são responsáveis juntas por 55% do mercado global de baterias elétricas para veículos elétricos. E a Huawei, que desde o desenvolvimento da tecnologia 4G invadiu mercados do mundo inteiro com seus produtos, se tornou a principal produtora mundial de equipamentos 5G.

O país gera mais eletricidade anualmente do que os EUA e a União Europeia combinados e está a caminho de se tornar a primeira economia do mundo alimentada principalmente por eletricidade. A eletricidade representa quase 30% do uso de energia na China, crescendo a 6% ao ano, em comparação com 0,6% nos EUA. Esta energia abundante e barata é uma vantagem crucial para indústrias intensivas em energia, como os data centers para “inteligência artificial”.

A China ainda está atrás dos EUA na fabricação dos chips mais avançados, mas a diferença está diminuindo, e os EUA estão claramente preocupados e tomando todos os tipos de medidas extremas para retardar o progresso da China nessa área.

Apesar das sanções dos EUA, empresas como a Huawei recuperaram suas receitas e se tornaram inovadoras em semicondutores. A SMIC dobrou suas receitas e alcançou avanços tecnológicos, como a produção de chips de sete nanômetros, considerados improváveis após as sanções. Empresas chinesas de IA, como a DeepSeek, estão a apenas cerca de 6 meses atrás das líderes americanas em modelos de raciocínio de IA, com essa lacuna diminuindo constantemente.

Essa ascensão é impulsionada por uma estratégia de desenvolvimento engenhosa, que combina o controle estatal sobre setores de base e infraestrutura (energia, telecomunicações, transporte, construção pesada, siderurgia), com um enorme investimento estatal em pesquisa e com o incentivo ao capital privado em bens de consumo final de alto valor agregado.

O Estado chinês investe anualmente entre 1% e 2% do PIB da China em subsídios diretos e indiretos, crédito barato e isenções fiscais para setores-chave da indústria, como parte do plano “Made in China 2025”. Segundo a OMC, a China produzirá 45% da produção industrial global até o fim da década.

O excedente comercial da China se aproxima de US\$ 1 trilhão, mais do que o dobro do valor de cinco anos atrás, e a necessidade de exportar mais devido à demanda doméstica lenta tende a aumentar ainda mais esse montante. Segundo a OMC, a China já é o maior parceiro comercial de 120 países.

A China (quando incluído Hong Kong) é o segundo maior exportador de capital do mundo, atrás apenas dos EUA, e é o maior credor de mercados asiáticos e africanos.

A China tornou-se um grande investidor na América Latina, com investimentos que somaram US\$ 66,1 bilhões no Brasil entre 2006 e 2020, dos quais 70% foram via fusões e aquisições de empresas existentes. Esses investimentos se concentram em setores estratégicos como energia elétrica, extração de

petróleo e gás, minerais metálicos e infraestrutura. A China busca criar corredores de exportação exclusivos, como o projeto da Ferrovia Bioceânica, ligando o Pacífico ao Atlântico, para minar a dominação americana sobre as vias de transporte atuais que contornam a América do Sul. A “diplomacia da dívida” chinesa também é uma ferramenta de influência, com empréstimos a países latino-americanos e africanos, tornando a China um dos principais credores dos países de economia dominada.

Mas é preciso ter muito claro: o capitalismo está na sua época de declínio histórico. Por mais que os meios de produção sejam permanentemente revolucionados sob o capitalismo, estamos numa época em que o desenvolvimento da tecnologia e da ciência tendem a não corresponder a uma melhora nos padrões de vida das populações humanas. Pelo contrário, o elevado desenvolvimento da tecnologia e da ciência é constantemente usado para intensificar a exploração e opressão da maioria da humanidade.

A China não escapa a esta realidade. E seu crescimento está sujeito aos limites capitalistas, por mais que possa se valer de incentivos de um Estado poderoso para tentar burlá-los. A principal contradição inescapável é que ao desenvolver sua indústria, a burguesia chinesa desenvolve os batalhões da classe operária que serão seus coveiros.

Mesmo em sua fase de decadência, o capitalismo não acabará por si só. As contradições inerentes ao capitalismo que ora tendem ao acirramento dos conflitos entre as potências imperialistas, às guerras e destruição, podem levar a períodos de desagregação do mercado mundial em maior ou menor grau, como foi durante o início da pandemia de covid-19 ou de maneira muito mais aguda durante as duas guerras mundiais. Mas o capitalismo tende a encontrar caminhos para se renovar e se reinventar, preparando crises maiores mais à frente, a menos que seja sepultado pelo proletariado revolucionário e substituído por um sistema superior, o socialismo – transição para o comunismo.

Como a dívida pública dos EUA pode levar a uma nova crise financeira mundial

A dívida pública global alcançou, em 2024, US\$ 102 trilhões, equivalente a 95% de tudo o que foi produzido no planeta no ano (PIB mundial). A dívida total global (pública, empresarial e familiar) chegou a US\$ 324 trilhões no primeiro trimestre de 2025. Isso expressa a inviabilidade do sistema. Os limites do sistema foram claramente burlados, e qualquer tipo de recuperação capitalista sólida está descartada. Ou seja, é a comprovação da teoria de Lênin, a demonstração de que o capitalismo está em sua fase de decadência, apesar de todo o desenvolvimento extraordinário da tecnologia e da ciência.

Já a dívida pública dos EUA está acumulada em US\$ 37 trilhões, e sua dívida líquida já está próxima de 100% da renda nacional. Projeções indicam que, até 2054, a dívida americana pode atingir entre 172% e 190% de seu PIB. Em 2024, os EUA gastaram US\$ 880 bilhões apenas em juros da dívida, superando os US\$ 850 bilhões gastos com defesa.

O fato de o dólar ser a moeda de reserva global nos últimos 80 anos permitiu que os EUA pagassem juros mais baixos em seus empréstimos. Houve períodos inclusive de juros nulos ou até negativos. No entanto, com a dívida em níveis tão altos e com incertezas sobre a política americana diante da nova situação mundial, essa confiança vem diminuindo. O governo Trump, por exemplo, sugeriu a possibilidade de um calote seletivo em pagamentos a bancos centrais estrangeiros e propôs um imposto de 20% sobre investidores estrangeiros, o que abalou a confiança global. Se a demanda por títulos da dívida americana cair (seja por uma fuga de investidores privados ou dos próprios bancos centrais de outros países), isso pode pressionar por novos aumentos na taxa de juros, para tornar os títulos do tesouro americano mais atraentes a investidores, o que encareceria os empréstimos dentro dos EUA.

Taxas de juros mais altas nos EUA afetam todos que pegam dinheiro emprestado, inclusive empresas e consumidores, e podem derrubar o preço de ações e imóveis no mundo inteiro, dificultando investimentos.

Outro ponto é que o mundo tem mais dinheiro guardado do que opções seguras para investir. Historicamente, os títulos do Tesouro dos EUA eram vistos como o porto mais seguro. Se esses ativos perderem confiança, haverá menos alternativas seguras no mercado global, o que pode causar pressões deflacionárias em países com grande volume de reservas, como a China. Além disso, pode levar investidores a procurar ativos alternativos como ouro, outras moedas, madeira ou criptomoedas, que são menos líquidos, criando risco de crises financeiras periódicas e dificultando o controle das políticas monetárias.

As ações agressivas do governo Trump nas relações econômicas, como sanções, ataques à cadeia de suprimentos e restrições de exportação, incentivaram outros países a se protegerem. A China, por exemplo, aumenta seus investimentos para uma base tecnológica própria que permita contornar restrições a tecnologias impostas pelos EUA, e a Europa busca independência em setores estratégicos. Esse movimento está fragmentando os mercados globais, tornando os sistemas dos EUA menos atraentes. Isso deve aprofundar a desagregação e pode levar a uma reorganização dos mercados menos centralizada nos EUA.

Se os EUA não conseguirem controlar sua dívida, pode haver uma espiral inflacionária, desvalorizando o dólar e os títulos de longo prazo. Em cenários assim, governos tendem a recorrer à chamada “repressão financeira”, obrigando bancos e fundos de pensão a comprar dívida pública, o que reduz os ganhos dos poupadores e prejudica o crescimento econômico. Uma crise desse tipo pode levar os EUA a viver o que economistas estão chamando de “uma década perdida”, fragilizando o dólar como moeda dominante e diminuindo o poder global do país.

Em resumo, a combinação de dívida elevada, juros altos, perda de confiança no dólar e políticas econômicas imprevisíveis pode disparar uma série de problemas que atingiria não só os EUA, mas todo o sistema financeiro internacional.

A guerra na Ucrânia e o papel da Rússia na disputa global

A guerra na Ucrânia já dura três anos e meio. Uma guerra por procuração, provocada pelos EUA, entre a Rússia e o bloco Ucrânia/OTAN. E quais são os principais resultados até agora?

O fato que se destaca é que mesmo com todos os esforços dos EUA (até a chegada de Trump ao poder) e das potências europeias juntas não foram capazes de derrotar a Rússia, muito menos de “mudar o regime de Moscou” (objetivo declarado por Biden). Mas também, a guerra na Ucrânia gerou pressões sobre os países europeus para que rompessem acordos de gás e petróleo com a Rússia, substituindo-os por suprimentos dos EUA, o que resultou em perda de competitividade para a indústria alemã e forçou a Rússia a reduzir os preços de seus combustíveis. Além disso, os EUA fecharam um acordo com a Ucrânia que lhes concede controle quase total sobre o subsolo ucraniano. E Trump conseguiu um acordo para que os países europeus membros da OTAN aumentassem seus orçamentos militares para 5% de seus orçamentos anuais, sob o pretexto de defesa contra a ameaça russa, impulsionando ainda mais a venda de armamentos americanos para a Europa (embora este aumento de gasto com “defesa” ainda terá que passar pelos parlamentos em cada país, o que pode encontrar resistência da classe trabalhadora, que verá os serviços públicos e conquistas sendo mais atacados).

Como podemos ver, para os EUA a continuidade da guerra na Ucrânia é terrivelmente lucrativa, mas a um custo político muito alto no momento em que precisam se concentrar na disputa global contra a China. Por isso também as tentativas de Trump de chegar a um acordo de paz com Putin. Entretanto, para Putin o fim da guerra agora não é necessariamente interessante, pois está avançando sobre o terreno de batalha.

A Rússia herdou da ex-URSS o maior arsenal nuclear do mundo e um poderoso complexo industrial militar. Mas a restauração capitalista nos países da ex-URSS não se deu de maneira controlada e planejada como na China. Burocratas apropriaram-se das empresas estatais e tornaram-se capitalistas mafiosos lutando uns contra os outros e isso não ajudou a desenvolver muito a economia russa. Mas quando Putin chegou ao poder, impôs a ordem, disciplinando a oligarquia de maneira bonapartista.

O capital financeiro russo não está inundando o mundo como faz o capital financeiro chinês. Isso dificulta considerar a burguesia russa como uma burguesia imperialista. No entanto, considerar a Rússia como um mero país dominado está fora de questão.

As guerras na Geórgia, Chechênia e Ucrânia, bem como a intervenção militar russa na Síria contra os americanos e as intervenções militares russas na África contra os franceses evidenciam que a Rússia joga um papel relativamente independente, constantemente enfrentando interesses de países imperialistas clássicos.

Mesmo com a necessidade de um estudo mais aprofundado para definir o real caráter da burguesia russa, é inegável que o Estado russo participa da disputa global em conflito com potências imperialistas fazendo uso de seu poderio militar.

Putin estabeleceu um regime bonapartista na Rússia. Suas ações podem não necessariamente servir sempre aos interesses da classe burguesa russa. Há a possibilidade de ele operar o Estado russo em primeiro lugar buscando manter-se no poder, equilibrando-se ora entre os interesses da burguesia russa, ora entre os interesses do capital financeiro que atua na Rússia e nos países de sua área de influência. A questão é que nesses países está ocorrendo uma disputa cada vez mais acirrada entre os capitais estadunidense, europeu e chinês. E isso muitas vezes obriga o Estado russo a se impor militarmente.

Destaque deve ser dado também à região do Ártico. Durante a Guerra Fria, tanto os EUA quanto a URSS consideravam essa região um campo de batalha fundamental, pois o Ártico oferece a rota de voo mais curta para potenciais mísseis entre os territórios dos EUA e da Rússia. Atualmente, com o aumento das tensões entre as potências imperialistas e o aquecimento global que leva ao derretimento do gelo, abrindo novas e lucrativas vias para comércio e exploração, o interesse das principais potências imperialistas no Ártico está atingindo um nível sem precedentes. E a Rússia está disputando o Ártico com as potências imperialistas palmo a palmo.

O Ártico russo abriga cerca de 80% das reservas de gás natural e 15% do petróleo do mundo. A Rússia tem reativado e modernizado antigas bases militares soviéticas que estavam abandonadas, como Nagorskoye e Tiksi, e tem criado novas bases, como a base nuclear flutuante Arktika.

Políticos noruegueses, por exemplo, expressam preocupação com a crescente “influência chinesa” e o fortalecimento da Rússia, especialmente em relação às suas atividades em Svalbard (arquipélago da Noruega que abriga importantes projetos de pesquisa científica).

Mesmo em meio à guerra na Ucrânia, a Rússia está investindo muito na sua Frota Ártica. Construiu navios de guerra quebradores de gelo (por exemplo, o Ilya Murometz e o Ural) e submarinos nucleares. Em 2023, lançou o Semyon Dezhnev, maior quebrador de gelo do mundo. Além disso, tem implantado sistemas de mísseis S-400, radares e unidades militares treinadas para operações no Ártico.

A Rússia controla a NSR (Rota do Mar do Norte, que liga a Ásia e a Europa), e tem investido junto à China em portos, navios e monitoramento de gelo, para transformá-la em uma rota comercial global, reduzindo a distância entre a Ásia e a Europa em 40%.

Além disso, tem projetada a construção de gasodutos (por exemplo, o “Power of Siberia”) e portos para exportar petróleo e gás da Península de Yamal. Além de modernizar a extração de diamantes, níquel, ouro e urânio em regiões como Norilsk e Chukotka.

Com o início da guerra na Ucrânia, sete dos oito membros do Conselho do Ártico (Suécia, Canadá, Noruega, Finlândia, Islândia, Dinamarca e EUA) decidiram boicotar futuras reuniões, efetivamente paralisando o conselho durante a presidência russa. Posteriormente, tentaram reiniciar as atividades sob a presidência da Noruega, sem a participação da Rússia. A entrada da Finlândia e da Suécia na OTAN acarretou que todos os países do Conselho do Ártico, exceto a Rússia, agora fazem parte da OTAN, alterando significativamente o equilíbrio de poder na região.

Independente se Putin toma medidas para disputar o Ártico a serviço dos interesses da própria burguesia russa ou dos interesses de uma burguesia imperialista como a chinesa, por exemplo, o fato é que a Rússia não pode ser simplesmente considerada um mero país dominado neste período que se abre com o fim da trégua imperialista dos últimos 80 anos.

A reacionária guerra da Ucrânia já ceifou mais de um milhão de vidas humanas e deve ser combatida com todas as forças pelo proletariado internacional e suas organizações. As organizações que não adotam uma postura clara contra a guerra e buscam alinhar-se de um lado ou de outro, estão capitulando aos interesses burgueses, numa guerra que nada pode oferecer de bom aos trabalhadores.

Nossa posição é clara de paz entre nós e guerra aos senhores. Os trabalhadores da Ucrânia e da Rússia devem enfrentar-se às suas próprias burguesias, assim como em todos os países do mundo.

Barrar o genocídio em Gaza!

O genocídio da população palestina perpetrado pelo Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza é um ponto fulcral da situação mundial. É uma das manifestações mais graves da decadência da sociedade burguesa mundial.

A Faixa de Gaza está sendo assolada por uma **fome generalizada e deliberadamente provocada artificialmente**, com cerca de 2 milhões de pessoas em risco de inanição, incluindo um milhão de crianças, já com milhares tendo morrido de desnutrição.

Centenas de caminhões com alimentos, leite em pó e equipamentos médicos estão parados nas fronteiras há meses, com ajuda suficiente para alimentar toda a população de Gaza por três meses, pronta para entrar. No entanto, a quantidade de ajuda que chega é mínima e insuficiente. Os pontos de distribuição de ajuda foram transformados em campos de extermínio onde ao menos 2 mil palestinos já foram mortos por soldados israelenses quando tentavam acessar os mantimentos. A entrada de ajuda foi bloqueada totalmente em alguns períodos, levando milhares a morrer de fome.

Desde 8 de outubro de 2023, a Faixa de Gaza foi bombardeada com o equivalente a seis bombas de Hiroshima. Toda a infraestrutura civil (incluindo saúde, energia, saneamento, água e estradas) foi destruída. Houve um número recorde de jornalistas e médicos mortos (mais de 1.500), uma política deliberada de assassinato de profissionais da saúde.

Israel utiliza a desculpa do “direito à autodefesa” para cometer crimes de guerra, incluindo genocídio sistemático e ataques indiscriminados contra civis, hospitais e instalações médicas. Israel tem como objetivo tornar Gaza inabitável, empurrando a população palestina inteira à fuga ou à morte.

O primeiro-ministro israelense, Netanyahu, anunciou a criação de uma “cidade humanitária” em Rafah (cidade mais ao sul da Faixa de Gaza, na fronteira com o Egito), que na verdade pretende-se que seja um vasto campo de concentração para onde os palestinos seriam eventualmente expulsos de Gaza. A “Gaza Humanitarian Foundation” (GHF), uma organização de “ajuda humanitária” criada por iniciativa de Netanyahu e financiada pela administração Trump, é na verdade uma ferramenta para usar a fome como arma e controlar a distribuição de itens essenciais.

As potências imperialistas, principalmente os EUA e as potências europeias, dão aval e apoio total a Israel, sob o eufemismo do “direito à defesa”. Essa ajuda inclui suporte financeiro, diplomático e militar, como o fornecimento de armamentos e inteligência. Há uma hipocrisia evidente dos imperialistas, com “gestos simbólicos” como o lançamento de poucas toneladas de ajuda por via aérea, enquanto continuam a apoiar o genocídio.

A classe trabalhadora em todo o mundo tem reagido com crescente mobilização e indignação diante do genocídio em Gaza. Há um ressurgimento do movimento internacional de solidariedade com o povo

palestino, e manifestações massivas, apesar da feroz repressão estatal em países europeus e nos EUA que reprimem, prendem e deportam manifestantes acusando-os de “antissemitismo”.

Uma das formas mais impactantes de mobilização tem sido a recusa organizada dos trabalhadores de manusear carregamentos de armas destinados a Israel. Isso se baseia em exemplos históricos, como em 1979, quando estivadores no Porto de St. John bloquearam o envio de armas para a ditadura militar argentina.

A Federação do Trabalho de New Brunswick (NBFL) no Canadá aprovou uma resolução “hot cargo” anunciando que seus 35 mil membros recusam-se ao manuseio de carregamentos de armas para Israel, buscando um embargo nacional.

Em Fos-sur-Mer, na França, estivadores do sindicato filiado à CGT se recusaram categoricamente a carregar peças de metralhadoras e barris de armas destinadas a Israel, declarando que não participarão do genocídio.

Em fevereiro, na Suécia, o sindicato de estivadores votou para bloquear carregamentos de equipamento militar para Israel, o que levou à demissão de um dirigente sindical, resultando em uma mobilização contínua para exigir sua reintegração e uma greve em todos os portos do país. O Conselho Internacional de Estivadores (IDC) prometeu apoio, e estivadores belgas se recusaram a descarregar um navio vindo de Gotemburgo que havia sido carregado por fura-greves. Outras ações semelhantes foram relatadas na Bélgica, Índia, Espanha, Itália e Grécia.

Nos EUA, a classe trabalhadora tem respondido com manifestações “Hands Off” contra as tarifas de Trump e “Hands Off Iran” contra a intervenção militar dos EUA no Oriente Médio. Trabalhadores da Microsoft, protestaram em frente à sede da empresa em Redmund contra o uso de suas tecnologias no genocídio em Gaza.

Dentro de Israel, manifestações de massa recentes escancaram profundas divisões na sociedade em relação ao genocídio na Faixa de Gaza.

Netanyahu tem governado Israel na maior parte dos últimos 15 anos, mas desde 2019, quando foi julgado por corrupção, ele tem dependido cada vez mais de elementos extremistas de direita para se manter no poder e evitar a prisão. Ele retornou ao poder em 2023 em aliança com partidos supremacistas judeus, cujos líderes defendem o genocídio dos palestinos e um “Grande Israel do rio ao mar”.

Essa coalizão entrou em conflito com o establishment e setores poderosos da classe dominante israelense quando tentou enfraquecer a Suprema Corte em março de 2023, provocando o maior movimento de protesto da história do país.

O ataque do Hamas de 7 de outubro de 2023 inicialmente uniu a classe dominante em torno da “defesa de Israel”. No entanto, a falha de segurança que permitiu o ataque do Hamas, em parte devido à atenção do IDF focada na Cisjordânia, gerou insatisfação contra o regime.

A demora de uma “vitória decisiva” abalou essa unidade e as antigas divisões ressurgiram. Netanyahu entende que acabar com a guerra seria suicídio político, levando sua coalizão a colapsar e ele a enfrentar a prisão. Sua estratégia, portanto, tem sido uma escalada descarada, buscando a “vitória total” a qualquer custo, o que resultou em genocídio em Gaza e uma ofensiva em múltiplas frentes na região.

Há uma “crise de recusa” no exército, com a taxa de convocação para reservistas caindo para 60% e um aumento no número de suicídios entre os militares.

Apesar de 82% dos judeus israelenses apoiarem a expulsão dos palestinos da Faixa de Gaza, pesquisas mostram que 74% dos israelenses apoiam um acordo para acabar com a guerra em troca de reféns, e 76% querem a renúncia de Netanyahu.

A situação dos reféns, considerados “dispensáveis” por Netanyahu, tornou-se um ponto de união para a raiva na sociedade, culminando em greves gerais e manifestações semanais. Uma “greve nacional” ocorreu

em agosto de 2025 após Netanyahu anunciar a conquista e ocupação de Gaza, com até um milhão de israelenses nas ruas, apoiados por figuras do Mossad, capitalistas e ex-primeiros-ministros.

As divisões reabriram na classe dominante e se estenderam aos escalões superiores do IDF. Cartas abertas de militares ativos e aposentados protestam contra a continuidade do genocídio (que chamam de “guerra”), com uma carta proeminente de membros da Unidade 8200 chamando à desobediência de ordens ilegais. Líderes do IDF, como o Chefe de Estado-Maior Eyal Zamir, expressaram preocupação com a estratégia de Netanyahu em Gaza, prevendo uma "armadilha" que colocaria em perigo os reféns e causaria erosão no exército. Ex-primeiros-ministros e ex-vice-chefes do Mossad têm publicado editoriais pedindo “desobediência civil não violenta em massa” e a recusa em continuar uma “guerra inútil”.

Só a unidade da classe trabalhadora em todo o mundo, mas em particular nos países do Oriente Médio pode barrar esse genocídio. É preciso derrubar o governo Netanyahu e todo o aparato estatal sionista!

Pelo fim imediato do genocídio na Faixa de Gaza! Fim do bloqueio à Palestina! Libertem todos os presos políticos das prisões de Israel! Abaixo o Estado sionista, racista e genocida de Israel! Encerrar e reverter a apropriação de terras pelos assentamentos sionistas! Pelo direito de todos os palestinos em diáspora a retornarem à sua terra! Não à opressão e por direitos iguais para todos os povos, independentemente de nacionalidade, etnia ou religião! Por um Estado único laico e socialista em toda a Palestina histórica! Por uma federação socialista do Oriente Médio!

A Classe trabalhadora nunca teve trégua

Os 80 anos de “trégua” entre as potências imperialistas desde a 2ª Guerra Mundial até agora foram oito décadas de unidade dos imperialistas para partilhar o mundo, ou seja, para pilhar as riquezas produzidas pela classe trabalhadora. Os acordos entre os imperialistas visavam estabelecer as regras de convivência entre parasitas que se esbaldam com o sangue dos povos oprimidos do mundo todo.

E mesmo com esta aliança entre os imperialistas, a classe trabalhadora foi capaz de lutar em cada país, arrancar conquistas e fazer revoluções (algumas que expropriaram os capitalistas e estabeleceram Estados operários, mesmo que deformados burocraticamente desde a sua formação). Nesses 80 anos, o proletariado só não foi capaz de derrubar o capitalismo mundialmente por conta da traição das suas direções e a ausência de uma organização internacional revolucionária reconhecida pela classe como a sua direção.

Se durante essa “ordem mundial imperialista”, com todas as instituições criadas para este fim, o proletariado foi capaz de fazer tantas lutas, agora que a trégua imperialista acabou e os imperialistas entraram no modo “cada um por si”, a tendência é que essas lutas aumentem como nunca antes na história.

Lênin explica que a primeira condição para uma situação revolucionária num dado país é que a classe dominante esteja dividida e não possa mais governar como antes. Esta condição está dada hoje globalmente. É a burguesia imperialista mundial que está dividida em linhas nacionais. Em alguns países isso pode levar a que a burguesia nacional se unifique para enfrentar seus concorrentes na arena global. Mas a tendência maior é que a divisão na cúpula da sociedade mundial leve também ao aprofundamento das divisões entre setores das burguesias nacionais em cada país. E isso já estamos vendo por todos os lados.

Durante as últimas 8 décadas, essas divisões ocorreram em diversos países e conformaram a condição prévia para que situações revolucionárias se desenvolvessem às dúzias mundo afora. Mas agora a perspectiva é de um salto não apenas quantitativo, mas também qualitativo. Porque no período anterior agora encerrado, quando uma burguesia nacional dividida se enfrentava a uma situação revolucionária em seu país, podia encontrar no terreno global o apoio das instituições criadas para a ordem mundial burguesa. Encontrava uma burguesia mundial unida internacionalmente para explorar ao máximo o proletariado mundial. Este já não é mais o caso e o proletariado poderá se valer dessas divisões nas oportunidades deste novo período histórico.

Isso não pode significar, como pregam alguns “ideólogos de esquerda”, que o proletariado deva se apoiar em um imperialismo mais brando contra um imperialismo mais agressivo. Não faltam aqueles que deem as boas vindas ao imperialismo chinês na África e na América Latina, como se este pudesse ser um ponto de apoio para o proletariado em luta contra o imperialismo estadunidense e europeu. Não! Só a ação independente do proletariado poderá abrir as vias para a vitória revolucionária contra o capital.

Movimentos de jovens e estudantes, como os do Quênia (2024) e Bangladesh (2024), forçaram a retirada de leis e derrubaram regimes. As manifestações massivas contra a reforma da previdência na França (2023) colocaram o governo em xeque. Há uma radicalização da juventude em torno de questões de direitos democráticos, contra a brutalidade policial, contra o racismo, pelos direitos das mulheres, em defesa do meio ambiente e por solidariedade à Palestina, etc.

Nos EUA, houve verdadeiras rebeliões em Los Angeles em defesa de imigrantes perseguidos pela ICE, além de greves de metalúrgicos, portuários, enfermeiras e professores. O mais impressionante foi a mobilização dos trabalhadores da Boeing em Seattle: Oito semanas de greve, causando perdas para os patrões na casa dos US\$ 18 bilhões.

Na China, uma classe trabalhadora que sente um ódio ardente contra o governo e os capitalistas (a China já é o segundo país do mundo com o maior número de bilionários, atrás apenas dos EUA), desafia a polícia em várias ocasiões, sem se curvar diante da repressão. Nos meses de março e abril, fomos testemunhas da luta dos trabalhadores da BYD. Vimos uma greve dos trabalhadores siderúrgicos em Zhanjiang. E várias grandes vitórias, entre elas as dos trabalhadores do transporte, da construção e os trabalhadores de uma fábrica de papel, que mantiveram uma greve por 15 dias e saíram vitoriosos. Exemplos importantes da classe trabalhadora mais numerosa do mundo que é obrigada a reconhecer como seu o partido que dirige os sindicatos (a única federação sindical legalmente permitida é a ACFTU, controlado pelo PCCh) e a ditadura no país, falsamente em nome do “comunismo”.

Na Coreia do Sul e na Índia, trabalhadores da Samsung fizeram greve, forçando a empresa a entrar em negociações.

Só neste ano de 2025, trabalhadores de diversos setores no Irã se manifestaram contra as condições de trabalho, face a progressiva deterioração da qualidade de vida no país. Os caminhoneiros fizeram uma greve nacional, e o movimento ganhou apoio dos petroleiros e trabalhadores de refinarias, que fizeram greve unificada, bem como de trabalhadores da educação, aposentados, enfermeiros, entre outros, que denunciaram a exploração, a repressão e a corrupção do governo.

Na Colômbia, as massas irromperam nas ruas em abril de 2021, diante da apresentação de uma reforma tributária apresentada pelo governo de Iván Duque. A mobilização de caráter insurrecional do Paro Nacional se estendeu por semanas e abriu uma nova etapa de radicalização política, especialmente entre a juventude. A situação desembocou na vitória eleitoral de Gustavo Petro em 2022. O novo governo tentou estabelecer um governo de colaboração com a burguesia colombiana, buscando avançar reformas de forma pactuada. Porém, essa só quer saber de sabotar e derrotar o governo, abrindo caminho para esmagar as massas. A classe trabalhadora e a juventude têm assumido protagonismo com mobilizações massivas em apoio a medidas positivas apresentadas por Petro ao parlamento dominado pela direita. Também o governo Trump e o FMI tentam sufocar o governo, que apela para as massas para apoiá-lo ao mesmo tempo que busca margem de manobra entrando em negociações diretas com a China.

No Canadá, trabalhadores da Air Canadá enfrentaram a ordem de retorno ao trabalho do governo para manter a greve que paralisou as operações da companhia. Na África do Sul, pilotos da FlySafair mantiveram greves por melhoria nas condições de trabalho, segurança e salários.

Na Alemanha, a juventude protestou massivamente contra o programa de austeridade aprovado pelo Senado, reconhecendo que, em prol do enriquecimento da burguesia e com objetivo de injetar dinheiro na

indústria armamentista, o governo deixará de repassar bilhões às universidades, sacrificando vagas e infraestrutura.

Na Grécia, a tragédia ferroviária de Tempi em 2023, com dezenas de mortos e o subsequente encobrimento governamental, serviu como catalisador de uma revolta acumulada contra a austeridade e o empobrecimento em massa. Essa indignação explodiu em greves gerais e manifestações de uma dimensão não vista desde a queda da ditadura militar em 1974, revelando ao mesmo tempo a falência do capitalismo grego e a disposição de luta de amplos setores sociais.

As mobilizações de 28 de fevereiro, no segundo aniversário da tragédia, arrastaram milhões às ruas: trabalhadores, juventude estudantil, pequenos comerciantes e setores médios empobrecidos. Essa confluência mostrou o papel dirigente da classe trabalhadora, capaz de transformar a indignação em ação coletiva. Nas ruas, as consignas evoluíram rapidamente de protestos morais (“assassinos!”) para exigências políticas (“renúncia!”), expressando uma crise de legitimidade do governo e do regime.

O movimento enfrentou repressão brutal e expôs a impotência da oposição parlamentar, recolocando a Grécia no centro da luta de classes europeia. Em paralelo, o sistema judiciário condenou cinco sindicalistas e dois dirigentes do KKE e da KNE a até 15 meses de prisão por escreverem palavras de ordem anti-guerra em veículos militares britânicos destinados à Ucrânia, numa tentativa de criminalizar a militância comunista e intimidar futuras mobilizações.

Na Sérvia, as massas protagonizam uma nova fase de insurgência popular que expõe de forma cristalina a crise do regime de Vučić. Após a trágica queda da cobertura da estação ferroviária de Novi Sad em novembro de 2024, que matou 15 pessoas, evidenciou-se um profundo sentimento de revolta e indignação. As mobilizações estudantis em escolas, repartições públicas, aeroportos e setor elétrico sinalizam o potencial da auto-organização das massas em assembleias gigantescas (zborovi) como elemento aglutinador da luta de classes. Em 15 março de 2025, o país viu a maior marcha de sua história: cerca de 300 mil trabalhadores e jovens ocuparam Belgrado numa demonstração de força política inédita.

Com o desgaste das iniciativas pacíficas de protesto e a crescente violência governamental, a partir do feriado de 28 de junho os estudantes superaram a “fase ingênua” de seu movimento, imposta pela própria liderança estudantil, e deram “sinal verde” para que as massas usassem “qualquer forma de desobediência civil”. Estamos testemunhando uma intensificação do movimento e o desenvolvimento de uma consciência cada vez mais clara de que não adianta apelar à consciência do grupo no poder, mas sim que é necessário mobilizar com força para derrubar o regime.

Um governo que, por sua vez, tenta resistir equilibrando-se entre as pressões de diferentes potências rivais (União Europeia, EUA, Rússia e China). Cada uma delas busca ampliar sua influência na Sérvia e nos Balcãs. Mas essa manobra, longe de estabilizar o regime, apenas evidencia sua fragilidade: ao mesmo tempo em que serve a vários senhores externos, Vučić perde legitimidade frente às massas, que começam a entender que nenhuma dessas potências oferece saída para seus problemas.

Em todo o mundo a classe trabalhadora luta. Não pode deixar de lutar. Faça frio ou calor, chuva ou sol. Estejam os imperialistas em trégua ou pé de guerra, só resta aos trabalhadores lutar. Desde a labuta diária para sua sobrevivência. O proletariado é uma classe de seres humanos lutadores por necessidade. E isso nos diferencia também da classe dominante, covarde, afeita à boa vida sobre as costas do proletariado.

O que falta à classe trabalhadora mundial e em cada país é uma direção que domine a teoria científica do proletariado, que saiba aplicá-la à análise da situação e traduzir disso em iniciativas de ação, em consignas que ajudem a unificar e conduzir nossa classe à vitória. É isso o que estamos chamados a construir através da Internacional Comunista Revolucionária. É para isso que existimos!

O Brasil em meio à disputa entre EUA e China

2ª parte da proposta de informe político ao Congresso de fundação da nova seção brasileira da ICR

Como o Brasil está inserido na nova situação mundial que acabamos de avaliar? Se respondermos a esta pergunta afirmando que “o Brasil está em meio ao caos”, ninguém poderá dizer que erramos. Mas isso é um tanto vago e abstrato para podermos de fato compreender a presente situação econômica, social e política com o objetivo de oferecer uma bússola para a organização comunista que estamos construindo com tanta dedicação em solo brasileiro.

Como vimos, embora evidentemente caótica, a nova situação mundial tem alguns traços característicos fundamentais. A resiliente ordem mundial imperialista (ou “trégua imperialista”, se preferirmos) que imperou desde o fim da 2ª Guerra Mundial (mais precisamente desde Bretton-Woods em 1944) até o fim de 2024 (mais precisamente até a vitória e posse de Trump), acabou justamente devido à ascensão da China como potência imperialista nos últimos anos. A nova situação mundial está marcada portanto pelo fim de todos os acordos que vigoravam entre os imperialismos nos últimos 80 anos – com a consequente falência política de todas as instituições “multilaterais” criadas por esses acordos – e pelo início de uma disputa aberta entre todos eles pela redivisão dos mercados globais, mas principalmente pela disputa entre o imperialismo estadunidense e o imperialismo chinês.

O Brasil como um dos palcos da disputa China x EUA

É impossível compreender adequadamente o recente ataque de Trump ao Brasil e suas consequências sem compreender o contexto da disputa entre a burguesia chinesa e a burguesia estadunidense em território brasileiro.

Em 2009, a China já havia se tornado o maior destino das exportações brasileiras. Em 2010, a China consolidou-se como principal parceiro comercial do Brasil (considerando tanto exportações quanto importações brasileiras). Desde então, a China manteve essa posição de forma consistente, chegando a responder por mais de 30% das exportações brasileiras em alguns anos. O capital chinês tem avançado maciçamente no Brasil, com investimentos que somaram US\$ 66 bilhões entre 2006 e 2020.

Os EUA, preocupados com a crescente presença da China na América Latina, tentaram fortalecer a parceria econômica com o Brasil, incluindo esforços para aumentar investimentos e discussões sobre acordos de livre comércio. Visitas presidenciais recíprocas (como a de Obama em 2011 e a de Dilma em 2012) enfatizaram parcerias estratégicas em energia, infraestrutura e tecnologia. Como resultado disso, em 2011, foi criado o “Diálogo Estratégico Brasil-EUA” para coordenar ações em comércio, defesa e inovação, embora resultados práticos tenham sido limitados. A OPIC (agência de investimentos dos EUA) e o Exim Bank ampliaram financiamento para projetos brasileiros em energia renovável e logística (por exemplo, financiamento para projetos de gás natural e energia solar no Nordeste brasileiro), visando competir com investimentos chineses.

Em 2011, EUA e Mercosul iniciaram conversas para um “Acordo de Cooperação e Facilitação Comercial”, focado em barreiras não-tarifárias. Nas negociações, EUA exigiram maior acesso ao mercado brasileiro para carne bovina, açúcar e etanol, enquanto o Brasil queria redução de subsídios agrícolas americanos. No âmbito da indústria, havia pressão dos EUA para abertura de setores brasileiros como manufatura e serviços.

Em 2013, o governo Obama lançou a “Parceria Econômica Estratégica do Hemisfério Ocidental” e o Brasil foi convidado a liderar, mas resistiu por não querer abrir mais o seu mercado agrícola e industrial.

Nesse mesmo período, desenvolveram-se programas como o “Partnership for Growth” (2013) que investiram em startups e pesquisa conjunta Brasil-EUA, com foco em TI, biotecnologia e energia limpa. Empresas como IBM, Microsoft e Qualcomm ampliaram operações no Brasil. Foram feitas parcerias em petróleo de xisto (tecnologia americana para o pré-sal) e nuclear (acordo para uso de urânio enriquecido), além de acordos de vendas de equipamentos de defesa (como aviões F-5 modernizados) e treinamento militar.

Houve ainda a tentativa de criar um “Tratado de Comércio Agrícola” entre Brasil e EUA para harmonizar normas fitossanitárias, mas “divergências sobre transgênicos e subsídios” inviabilizaram o acordo.

Embora o Brasil não participasse, o TTIP (Acordo Transatlântico de Comércio e Investimento), que durou de 2013 a 2016, visava criar um bloco EUA-UE para dominar padrões globais. Indiretamente, pressionava o Brasil a se alinhar a normas “ocidentais”. Por sua vez, o governo Dilma fez críticas de que o acordo marginalizava “economias emergentes”, fortalecendo a dependência aos EUA.

Os governos Lula e Dilma buscaram estabelecer uma posição conciliatória, que aceitasse a crescente presença do capital chinês, mas mantivesse a presença já consolidada do capital estadunidense e europeu. Entretanto, os interesses antagônicos da burguesia chinesa e da burguesia estadunidense pressionavam para que o governo brasileiro tomasse partido, de um lado ou de outro.

Com o impeachment de Dilma em 2016, o governo Temer adotou uma clara reorientação política externa, com maior alinhamento aos EUA, num contexto em que Trump vencida suas primeiras eleições presidenciais nos EUA, agitando o “America First”, exigindo alinhamento de aliados em temas como comércio e segurança.

Em 2017, Temer faz visita à Casa Branca e por todo um período mantém reuniões bilaterais frequentes com Tillerson (Secretário de Estado) e Trump, enfatizando parcerias em defesa, energia e tecnologia. É feita uma tentativa de um “Acordo de Comércio e Investimento” bilateral, com foco em barreiras não-tarifárias e proteção de investimentos. É também reativado o programa “Diálogo Estratégico Brasil-EUA” (que havia sido suspenso no governo Dilma), com foco em infraestrutura e segurança.

Como resultado, foi concedida permissão para empresas americanas atuarem em infraestrutura (aeroportos, rodovias) via leis de privatização, e houve a flexibilização de regras para investimentos dos EUA em petróleo e gás (Lei do Gás Natural). Também foram aprovados programas como o “Startups USA” para investimento em startups e pesquisa conjunta Brasil-EUA.

Ao mesmo tempo, em 2017, Henrique Meirelles (Ministro da Fazenda do governo Temer) declarou que investimentos chineses em infraestrutura crítica (energia, transportes) poderiam transformar o Brasil em “colônia econômica”, alertando para riscos de “dependência estrutural”. Ele criticou especificamente a participação da CRCC (China Railway Construction Corporation) na licitação da Ferrovia Norte-Sul, afirmando que a estatal chinesa poderia “controlar trechos estratégicos do transporte nacional”.

A estatal chinesa CRCC chegou a ser impedida de liderar a concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), com o governo alegando “riscos operacionais” e “falta de experiência em grandes projetos”. O governo incentivou empresas americanas (como a Union Pacific) e europeias a substituírem a China.

No mesmo sentido e na mesma época, José Serra (Ministro das Relações Exteriores do governo Temer), questionou a “transparência” de investimentos chineses em telecomunicações e energia, sugerindo que poderiam ser usados para “espionagem econômica ou política”.

Em 2018, o Ministério da Defesa bloqueou a participação da Huawei em licitações para redes 5G, citando “preocupações com segurança da informação” e alinhamento com pressões dos EUA.

Em 2017-2018, os investimentos diretos chineses no Brasil caíram 40% em relação a 2015-2016, segundo dados do Banco Central.

O governo Temer também vetou a participação da CNNC (China National Nuclear Corporation) na conclusão da Usina Nuclear de Angra 3, argumentando que o controle de tecnologia nuclear por uma empresa estrangeira era “inaceitável para a segurança nacional”. Entretanto, estava evidente que o problema não era ser “estrangeira”, mas chinesa. O Ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, afirmou que a usina era estratégica para o Sistema Interligado Nacional e deveria ser controlada por “empresas aliadas, como a Eletrobras ou empresas americanas”.

Foi justamente nesse período que o Congresso aprovou a Lei 13.429/2017 (Lei de Privatizações), que autorizou a desestatização de estatais, incluindo a Eletrobras. Em novembro de 2017, o Congresso aprovou o PL 9.478/2017, que estabeleceu o marco legal para a privatização da Eletrobras, incluindo a extinção do “veto da União” (golden share) e a abertura do capital. Após anos de tramitação, a privatização foi efetivada já durante o governo Bolsonaro. Em junho de 2022 a Eletrobras realizou o IPO (Oferta Pública Inicial) na bolsa de valores de São Paulo (B3), levantando R\$ 64,3 bilhões. Em setembro de 2022, a União vendeu 100% de sua participação na holding Eletrobras, reduzindo sua participação de 70% para 0,1% (golden share). Os principais acionistas da Eletrobras hoje são fundos de investimentos dos EUA.

As medidas do governo Temer em 2017 para acelerar o processo de privatização da Eletrobras ocorreram no mesmo momento em que a política externa de Trump pressionava aliados a limitar a influência chinesa. O Brasil, como membro dos BRICS, havia recebido financiamentos do NBD (Novo Banco de Desenvolvimento), mas o governo Temer passou a criticar o banco como “instrumento de soft power chinês”.

O governo Bolsonaro buscou um alinhamento e submissão ainda maior em relação aos EUA e um maior distanciamento em relação à China (apesar da pressão do agronegócio para manter as exportações para o principal parceiro comercial do Brasil).

Com a eleição de Lula no final de 2022, o governo brasileiro voltou a ter uma política mais aberta ao capital chinês. Em 2023, o governo federal retomou as negociações com a CRCC para construir trechos da Ferrovia Norte-Sul. O contrato estimado em R\$ 20 bilhões, terá financiamento do Banco de Desenvolvimento da China (BDC).

Lula também autorizou a participação da CNNC na conclusão da Usina Nuclear de Angra 3, revertendo o veto do governo Temer. A parceria prevê transferência de tecnologia e investimento de US\$ 8 bilhões.

Em 2023, o governo Lula permitiu a participação da Huawei em licitações de infraestrutura 5G, após o bloqueio do governo Temer mantido pelo governo Bolsonaro. Também firmou acordo com a China Mobile para expansão de fibra óptica no Nordeste.

Na visita que Lula fez à China em 2023, foram firmados 40 acordos bilaterais entre Brasil e China, com destaque para projetos de energia renovável no Porto de Açu e com empresas como SPIC; projetos agropecuários de parcerias JBS–JAC Motors e Friboi–WHC para exportações e transporte; parceria Unifique–ZTE para fortalecer o 5G na região Sul do Brasil.

Já na segunda visita de Lula à China, em maio de 2025, foram firmados 20 novos acordos bilaterais, com validade de até 50 anos. Estão previstos investimentos chineses de R\$ 27 bilhões em infraestrutura, tecnologia, educação e ciência no Brasil, além de um projeto de cooperação espacial para produção de satélites, entre a Telebras e a Spacesail; Acordou-se a criação de centros de pesquisa em IA e energias renováveis (parceria Dataprev–Huawei) e projetos de exploração e refino de minerais estratégicos (lítio, nióbio, cobalto).

Outro projeto importante acordado entre o Brasil e a China foi a construção da Ferrovia Bioceânica. Trata-se de um empreendimento que pretende conectar o Atlântico (no Brasil) e o Pacífico (no Peru) por dentro da América do Sul. Isso significaria uma redução de cerca de 10 mil km na distância comercial com a China. O projeto da ferrovia prevê cerca de 4.400 km de extensão, partindo do Porto de Ilhéus (Bahia), atravessando Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Acre e cruzando os Andes até o litoral do Peru. O destino final é o super Porto de Chancay, que já está inaugurado. Esse último é um hub logístico de importância estratégica no Pacífico, construído com capital chinês e que agora é por ele gerido. Importante frisar que a Ferrovia Bioceânica ainda está em fase de projeto. É uma obra muito grande, que pode ser que nunca chegue a se realizar completamente. Porém, indica claramente a intenção da China em reduzir o tempo de transporte de mercadorias entre Brasil e China. Além disso, busca criar uma alternativa para não depender mais do Canal do Panamá, que agora está em disputa com os EUA.

Lula também discute com a China a criação de um mecanismo para liquidação de transações em Renminbi (RMB) e reais, sem uso do dólar. O ICBC Brasil foi designado como banco operador. Já ocorreram financiamentos e operações comerciais diretas em RMB.

A BYD assumiu a antiga fábrica da Ford em Camaçari (BA) para produzir veículos elétricos, com investimento de R\$ 3 bilhões, reforçando a tendência de reconfiguração da indústria automotiva brasileira sob controle chinês.

O que estamos testemunhando é uma reintegração subordinada do Brasil à divisão internacional do trabalho sob comando do imperialismo chinês, com impacto direto sobre a estrutura produtiva e a soberania nacional. E essa é uma das principais razões por trás do ataque de Trump e de este ser tão enfático em defesa de Bolsonaro.

Trump também pressiona o Brasil para alinhar suas políticas e regulamentações digitais com os interesses das Big Techs americanas, buscando proteger os lucros dessas empresas e restringir a entrada de empresas de tecnologia chinesas no mercado brasileiro.

Há setores da burguesia brasileira que se valem dos investimentos e comércio com os EUA, que defendem os interesses do capital financeiro estadunidense. Mas há cada vez mais setores que tem se beneficiado dos investimentos e comércio com a China. Lula, que buscava ter uma postura conciliatória entre os dois capitais, desde a posse de Trump em 2025, vem se aproximando mais da China. O fato é que a disputa entre EUA e China está se acirrando tanto que a postura conciliatória que Lula gostaria de adotar tem se tornado cada vez mais inviável. Nas eleições de 2026, é possível que isso esteja ainda mais definido e candidaturas diferentes estarão claramente em defesa de um ou de outro amo imperialista.

A classe trabalhadora não pode escolher entre dois algozes: nem Washington nem Pequim. Ambos visam explorar as riquezas naturais, a força de trabalho e os mercados brasileiros. É necessária uma política de independência de classe, baseada na ruptura com o capital estrangeiro, na estatização sob controle operário das empresas estratégicas e no não pagamento da dívida pública interna e externa.

A verdadeira soberania nacional só pode ser alcançada pela expulsão de todos os imperialismos do país e pela tomada de controle da economia pela classe trabalhadora, através de uma revolução socialista. A classe trabalhadora não deve ter ilusões na China ou em qualquer setor da burguesia brasileira, que é incapaz de defender a soberania nacional.

O país atravessado por crises em todas as esferas

O pacto político inaugurado pela Constituição de 1988 está em decomposição. O novo regime saído daquele processo, a “Nova República” formada para reprimir o movimento operário selvagem dos anos 1980, manteve as relações econômicas que vigoraram no período da Ditadura Militar. A burguesia

subordinada ao imperialismo americano manteve seus negócios e os mesmos agentes externos continuaram explorando e intervindo no Brasil sob os regimes formalmente “democráticos”.

Entretanto, a partir de 2013, vimos o desmoronamento daquele pacto social estabelecido pela Constituinte que renovou a ordem burguesa após a queda do regime militar. O desmoronamento dessa Nova República foi expresso em primeiro lugar pela irrupção das massas nas ruas durante as jornadas de junho de 2013. Em seguida por eleições presidenciais conturbadas em 2014, o golpe palaciano de 2016 que impôs o impeachment de Dilma e o estabelecimento do governo de Temer. Seguiu-se o esquema judicial montado por Sérgio Moro, com a prisão e exclusão de Lula da disputa eleitoral e a consequente eleição de Bolsonaro em 2018. A reabilitação política de Lula, a derrota e prisão de Bolsonaro, com o fortalecimento do papel bonapartista do Poder Judiciário sob a batuta de “Xandão”, evidenciam a desmoralização das instituições ditas “democráticas”.

Todas essas expressões sociais e políticas corresponderam também a uma mudança importante no plano econômico: a chegada do capital chinês com força ao Brasil, deslocando o domínio financeiro dos EUA sobre o país que reinava até então e disputando espaço com os capitais financeiros dos países imperialistas tradicionais.

Hoje, o governo Lula-Alckmin representa uma tentativa de governo de unidade nacional em torno de um programa burguês e de conciliação de classes, mantendo ataques herdados de gestões anteriores (reformas trabalhista e previdenciária) e impondo novos, como o arcabouço fiscal, que garante prioridade absoluta ao pagamento da dívida, consumindo metade do orçamento nacional. Como vimos, este governo que a princípio buscava uma linha conciliatória de submissão aos capitais financeiros dos EUA e da China, depois do ataque de Trump tem se colocado cada vez mais próximo aos interesses chineses. Ao mesmo tempo, a extrema-direita reorganiza-se, apoiada pelo imperialismo americano, para retomar o governo em 2026.

Nas eleições municipais de outubro de 2024, constatamos o desastroso desempenho do PT, elegendo apenas 248 prefeitos, sendo apenas dois em cidades com mais de 200 mil habitantes. Foi um termômetro da avaliação popular diante dos atos concretos do governo e da situação sufocante de luta pela sobrevivência em que a maioria dos trabalhadores se encontrava. Já o PSOL retrocedeu de 90 para 80 vereadores eleitos, sem eleger nenhum prefeito em relação aos 5 do pleito anterior. Em vez de emergir como substituto do PT, o PSOL agarra-se aos que estão afundando.

O 1º turno daquelas eleições registrou abstenção, nulos e brancos de 27% do eleitorado em São Paulo, maior do que a votação de Nunes, Boulos ou Marçal. No Rio de Janeiro, 30,5% dos eleitores não optaram por nenhum dos candidatos. Em Belo Horizonte, 29,5% e em Porto Alegre 31,5%. O alto nível de abstenções, votos brancos e nulos indicou que uma parte importante da população considerou que as eleições não são o meio mais adequado para resolver os problemas aos quais a sociedade está enfrentada.

De forma contraditória e distorcida, isso teve o efeito eleitoral de aumentar a presença da direita no sistema político e reduzir o peso da esquerda oficial. Porém, o fundamental é constatar o repúdio, a desilusão e a apatia de um amplo setor de massas em relação às eleições burguesas.

Essa crise política é a expressão da falência da democracia burguesa no Brasil, que já não oferece estabilidade ao capital nem responde às demandas das massas.

O IBGE anunciou crescimento do PIB de 3,4% em 2024, inflação de 4,83% e desemprego em 6,6% — números que, segundo a mídia, indicariam uma economia saudável. A realidade é muito diferente do que esses dados indicam: quase 40 milhões de trabalhadores estão na informalidade, representando 38,3% da força de trabalho; os preços dos alimentos subiram 7,69%, com produtos básicos como carne (+20,8%) e ovos (+40%) disparando.

Enquanto isso, o arrocho fiscal corta investimentos sociais, privatizações se multiplicam e os serviços públicos se deterioram. Tarifas de transporte, contas de luz e pedágios pesam sobre a renda popular,

enquanto bancos batem recordes de lucro e o capital financeiro dos EUA, da China e de outros países vai se reproduzindo sobre o lombo do trabalhador brasileiro. O contraste entre indicadores “positivos” e o cotidiano de fome, endividamento e precarização é gritante.

Não foi à toa que se desenvolveu um sentimento de solidariedade massiva e nacional em apoio ao movimento pelo fim da escala 6x1. As redes sociais foram inundadas com conteúdo sobre o assunto em novembro de 2024. Levantamentos indicaram que 67% das manifestações digitais eram favoráveis à pauta. O feriado da Proclamação da República registrou cerca de 100 protestos pelo país em torno desta pauta, com casos de manifestações que transbordaram o controle das direções e agruparam ativistas independentes e radicalizados, como em São Paulo.

Até setembro de 2023, Rick Azevedo era um trabalhador de farmácia em escala 6x1 em absoluto anonimato político, produzindo vídeos para o TikTok sobre cultura. Naquele mês, gravou um desabafo sobre suas condições de trabalho perguntando quando a classe trabalhadora ia se levantar pelo fim da escala 6x1 no Brasil. O vídeo viralizou e ele tomou a iniciativa de criar o movimento Vida Além do Trabalho. Sua proposta era um abaixo-assinado online. Um ano depois, Rick lançou-se candidato a vereador pelo PSOL no Rio, foi eleito com 29.364 votos e o abaixo-assinado alcançou 3 milhões de adesões. Uma PEC foi apresentada no Congresso propondo a redução da escala e da jornada de trabalho. Mas o governo Lula evita responder sobre a pauta aos trabalhadores.

O desenvolvimento absolutamente espontâneo desta luta mostra como reivindicações sentidas da classe trabalhadora podem ser catalisadores para movimentos massivos na atual conjuntura, passando ao largo das organizações tradicionais da classe trabalhadora que estão bastante desmoralizadas pela política de conciliação de classes.

A juventude trabalhadora se mata de trabalhar e tem que torcer pra não ser morta. Em 2024, as mortes decorrentes de ações policiais cresceram 65% em São Paulo. Na Bahia, governada pelo PT, ocorreram 1.557 mortes, sendo 87% das vítimas negras. Essa violência estatal não busca combater o crime, mas manter o controle sobre territórios proletários, enquanto policiais se articulam com milícias e grupos criminosos.

A indignação contra as mortes causadas pelas polícias tem crescido a cada dia. Aumenta o número de explosões de ira popular nos bairros proletários e favelas Brasil afora, a cada vez que a polícia mata. Há uma indignação latente que paira no ar. Devemos denunciar constantemente os casos de violência policial, levantando a bandeira pelo FIM DA POLÍCIA MILITAR, em contraste com praticamente todas as organizações da esquerda que defendem a “desmilitarização da polícia”, e a que diz SER NEGRO NÃO É CRIME, denunciando o caráter racista das polícias.

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídios: 1.467 mulheres foram assassinadas em 2024, e uma mulher é estuprada a cada seis minutos. O avanço da PEC 164/2012 ameaça criminalizar o aborto inclusive nos casos hoje permitidos, impondo às mulheres da classe trabalhadora a clandestinidade e a morte.

O governo Lula, aliado a setores conservadores, não garante o direito ao aborto legal, seguro e gratuito. É necessário construir um movimento de massas que unifique a luta contra o feminicídio e pela descriminalização do aborto, articulando-se com a defesa de creches públicas, saúde e condições dignas de trabalho para as mulheres, com salários iguais aos dos homens.

A classe trabalhadora brasileira tem necessidade urgente de um partido próprio

A falência do PT e do PSOL como alternativas para a classe trabalhadora é evidente. O PT, integrado à gestão do capital, aplica ajustes contra os trabalhadores; o PSOL, adaptado ao lulismo, tornou-se impotente diante da crise.

A experiência histórica mostra que só a organização independente da classe pode enfrentar o imperialismo e a burguesia nacional. É urgente impulsionar a defesa da construção de um partido operário independente, forjado na luta direta contra privatizações, pelo reajuste automático dos salários, pelo fim da Polícia Militar, pela legalização do aborto e pelo não pagamento da dívida pública.

Esse partido precisa unir as fileiras do proletariado sobre a base de um programa socialista, tendo como horizonte a derrubada do capitalismo e a construção de um governo dos trabalhadores.

Nossa construção e nossas tarefas no próximo período

3ª parte da proposta de informe político ao Congresso de fundação da nova seção brasileira da ICR

Compreender a nova situação mundial aberta é desafiador e está colocando à prova todas as organizações da classe trabalhadora ao redor do mundo, em especial aquelas que pretendem se construir como potencial direção revolucionária da classe. Aqui no Brasil, a organização que vinha se construindo como a seção brasileira da Internacional Comunista Revolucionária, infelizmente não passou nesta prova. A maioria da direção da OCI (Organização Comunista Internacionalista) não soube analisar adequadamente a mudança na situação mundial. Devido a concepções teóricas equivocadas, não podiam aceitar que um país que havia sido dominado pudesse se tornar um país imperialista. Isso os levou a negar o papel que a China está jogando hoje no mundo e, conseqüentemente, a não compreender porque a ala da burguesia americana que venceu as eleições encerrou a ordem imperialista mundial ou até mesmo porque Trump aplica o “tarifaço” sobre países como o Brasil. Esta incapacidade de analisar corretamente a realidade e de dar respostas adequadas às questões concretas às quais a classe trabalhadora está defrontada, levou a uma crise política no interior da seção brasileira da ICR. Uma fração minoritária se formou na direção da OCI, adotando as análises corretas da Internacional, enquanto que a maioria da direção da OCI ficou apegada às concepções equivocadas que alguns dirigentes haviam desenvolvido. Finalmente, quando a maioria da direção da OCI constatou que poderia perder o Congresso marcado para novembro, decidiu pela ruptura unilateral com a Internacional Comunista Revolucionária, faltando apenas 2 meses para o Congresso da OCI.

A antiga OCI vinha passando por uma situação de estagnação quando se estabeleceu a crise política em sua direção. Essa é uma das bases que fundamentaram a recente divisão. Abriu-se uma diferença de análise da atual situação, de balanço de nossa construção e das tarefas de construção decorrentes dessas análises. Uma condição resultante de erros na análise política da direção, que implicou em uma orientação política frágil, que não foi capaz de animar suficientemente os militantes.

Mesmo a campanha “Você é Comunista?” (VEC), que no início alavancou o crescimento da antiga seção brasileira da ICR, no último período vinha sendo tratada como mais uma frente entre outras. Os adesivos da campanha passaram a ter produção cada vez mais esparsa. A Comissão Executiva (CE) e o Comitê Central (CC) pararam de pautar e de analisar sua evolução. A campanha passou a ser tratada como se estivesse no piloto automático e a atenção dos organismos e das células passou a ser dirigida para outras campanhas e outras frentes de intervenção, definidas ou selecionadas em nível local entre a variedade de opções emanadas desde a direção. A impulsão da campanha VEC mais e mais passou a depender da iniciativa individual deste ou daquele dirigente em nível local.

É preciso uma mudança radical na concepção de construção da organização como um todo!

Por uma política de construção que realmente priorize a juventude

Em 2023, começamos a aplicar no Brasil a campanha “Você é comunista?” que havia sido iniciada na seção britânica com grande sucesso e que logo foi ampliada para todas as seções a partir do Congresso Mundial daquele ano. Nos primeiros 6 meses tivemos grande êxito no Brasil e um salto na construção. Mas não fomos capazes de consolidar esse crescimento e passamos a perder mais militantes do que ganhar.

Para além do problema da análise incorreta da situação política, pode-se dizer que essa dinâmica se deveu também ao modo como a campanha VEC foi aplicada pela maioria da direção da então seção brasileira. Enquanto em outras seções da ICR ela foi adotada combinada com um giro muito forte em direção à juventude, na antiga seção brasileira insistiu-se em combiná-la com a antiga orientação de múltiplas frentes e campanhas.

As seções da Internacional que mais tem crescido no último período são aquelas que compreenderam a necessidade de alterar o funcionamento político dos organismos para uma atividade central: abrir novos contatos jovens, em especial e centralmente em escolas e universidades. Mas prioritariamente em escolas secundaristas. Tal tática pressupõe revisar a tática de dispersão de energias em várias frentes para concentrar a maior quantidade possível de forças no ponto mais propício para avançar a construção: a juventude.

Poderíamos defini-la como uma “revolução interna” para girar totalmente a organização em direção à juventude. Isso não significa que devemos automaticamente abandonar esta ou aquela frente de intervenção que estamos construindo há tempos, numa determinada categoria de trabalhadores, por exemplo. Devemos discutir concretamente cada caso. Fazer o balanço do que alcançamos com o investimento de esforço que fizemos até então. Avaliar se vale a pena manter esse esforço e (re)definir objetivos.

Mas, independente disso, abrir a discussão em cada célula sobre a possibilidade de priorizar uma iniciativa de ações dirigidas a uma escola ou universidade que deve ser escolhida pela célula. A partir daí traçar um plano que deve começar por organizar a venda coletiva do jornal na porta da escola no horário de entrada ou saída dos estudantes ao menos uma vez por semana, regularmente. É necessário apenas o jornal ou outro material impresso em mãos e iniciativa para colocar essa medida em prática. Se houver condições, uma banca de materiais também pode ser montada.

No curto prazo, o diálogo que os militantes da célula estabelecerão com os jovens na porta da escola já será suficiente para identificar demandas de formação entre os militantes sobre novos temas, para permitir dar respostas satisfatórias aos jovens. Em pouco tempo deveremos colher frutos. A longo prazo também. Cada secundarista que recrutarmos hoje e formarmos amanhã, mais à frente será um quadro entrando numa universidade ou numa categoria profissional. Mas nunca devemos abandonar a prática de voltar a prioridade das células para recrutar entre os mais jovens.

Como forma de avançar essa “revolução interna”, o CC deve priorizar e dedicar maior tempo em suas reuniões para a discussão e a adoção de medidas sobre a construção em juventude. A mesma orientação deve ser seguida pela Comissão Executiva.

Fazer da nova seção brasileira da ICR uma escola de quadros permanente

É preciso uma impulsão e acompanhamento sistemático por parte da direção da nova seção brasileira em relação à aplicação do que foi decidido sobre a integração dos novos militantes, obtendo as informações se estes estão lendo e discutindo o novo Manual do Militante nos primeiros 2 meses, se estão lendo e discutindo outros textos, se as reuniões de avaliação probatória estão sendo feitas nas células ao final dos primeiros 2 meses e como estão sendo feitas.

Nesse sentido, devemos implantar o programa de “Acolhimento Camarada”, uma iniciativa que tem um duplo caráter: 1) educar os novos militantes nos conceitos fundamentais para uma atividade militante comunista nos dias atuais; 2) auxiliar o novo militante a iniciar uma atividade política como militante da ICR, portanto, conectando a teoria e a análise com a prática política, em uma verdadeira práxis.

Durante o período de acolhimento deve ser considerado um “aspirante”, durante um período mínimo de 60 dias. A primeira reunião de célula de um novo militante deve ter um ponto de pauta de integração padrão. O aspirante será acolhido por um veterano escolhido em rodízio entre os demais membros da célula.

O veterano responsável pelo acolhimento de um aspirante terá a atribuição de organizar um programa de encontros de acolhimento com o aspirante, em separado, durante esse período de até 60 dias, preferencialmente uma vez por semana. Após a conclusão do programa, o novo militante e o veterano farão um breve balanço em reunião da célula sobre a experiência do aspirante. Nessa reunião, o aspirante poderá ou não ser formalizado como militante.

O conteúdo do ciclo dos encontros do programa de “Acolhimento Camarada” deve conter o novo Manual do Militante e outros materiais a serem definidos pelo novo CC eleito pelo Congresso de fundação da nova seção brasileira da ICR. Cada encontro de acolhimento terá um material específico a ser discutido, sempre buscando fazer o aspirante desenvolver uma atividade política e ao mesmo tempo uma atividade teórica. Por exemplo, incentivando-o a realizar uma colagem de adesivos da campanha VEC ou a venda de seu primeiro jornal; ao mesmo tempo chamando-o a ler a primeira parte do novo Manual do Militante e a apresentar suas impressões e dialogar e aprofundar sobre os pontos levantados.

A direção nacional também deve impulsionar a formação permanente dos quadros intermediários e dos quadros nacionais, indicando leituras, solicitando a elaboração de artigos, discutindo e dando devolutivas aos autores sobre as suas elaborações.

A cada semestre, deverão ser organizadas escolas de formação regionais de dois dias para reunir todos os militantes de uma região e discutir uma relação de assuntos mais adequada tanto para elevar o nível teórico dos camaradas quanto para aprofundar a compreensão política sobre assuntos que estejam tocando a atividade dos militantes.

O Comitê Central também deve dar atenção especial em sua própria educação política. Todas as reuniões da direção nacional devem conter um ponto de formação. Esses momentos devem ser preparados de acordo com um cronograma definido a cada semestre anterior, garantindo a antecedência necessária para estudo da bibliografia indicada. Os novos integrantes do CC devem realizar um programa de discussões a ser definidos pelo CC, com veteranos do CC designados.

Publicar todos os livros da Internacional no Brasil!

Mais do que isso, a direção deve prover ao conjunto da organização e sua franja, permanentemente, a publicação de livros e brochuras.

É triste constatar que o último livro publicado pela antiga seção brasileira da ICR foi o 2º volume de “Stalin”, a biografia escrita por Trotsky. Foi publicado em 2018, há 7 anos! E a última brochura publicada pela antiga OCI foi “Drogas e Luta de Classes” em 2019, há 6 anos!

A maioria das seções da Internacional com tamanho similar ao da seção brasileira não fica 1 ano sem publicar um novo livro. Além de podermos publicar em português livros clássicos do marxismo que estão esgotados no Brasil, podemos publicar vários títulos produzidos pela nossa própria Internacional que nunca foram publicados em português.

É hora de decidirmos congressualmente pela publicação em português de TODOS os livros produzidos pela nossa Internacional.

Agitação e Propaganda: Por um sistema integrado e voltado para a juventude!

Vivemos num contexto de superexploração do trabalho em que a maioria dos trabalhadores passa a maior parte do tempo entre o trabalho e o trajeto entre casa, trabalho e estudo. Boa parte das vezes, o único tempo que um jovem trabalhador tem pra se informar, é vendo vídeos nas redes sociais, com seu smartphone no trajeto de ida e volta do trabalho.

E nessas redes sociais, a juventude trabalhadora encontra conteúdo produzido por outras organizações que reivindicam o comunismo. E muitas vezes este conteúdo está num formato de vídeo muito bem produzido, atrativo para os jovens que buscam uma saída, uma perspectiva de futuro.

Se nós não nos fizermos presentes nesses ambientes virtuais, estaremos em desvantagem frente a organizações concorrentes e isso se refletirá em nossas frentes de intervenção, em cada escola, universidade, categoria de trabalhadores.

Algumas iniciativas excelentes foram adotadas pela nossa Internacional, como os podcasts “Spectre of Communism” e “Against the Stream”.

Lênin estava obrigado, pelas condições do início do século XX, a projetar o conceito de um organizador coletivo em “um jornal comum para toda a Rússia”. De lá para cá, a burguesia desenvolveu a técnica e os meios de produção a tal ponto que há à disposição dos comunistas uma miríade de ferramentas.

Portanto, podemos estabelecer um organizador coletivo empregando esse sentido não apenas ao nosso jornal impresso. Faz-se urgente um sistema de agitação e propaganda que cumpra a função de organizador coletivo.

Esse sistema precisa ser desenvolvido a partir dos recursos disponíveis e de nossas condições concretas para que os comunistas de hoje tornem sua palavra de ordem a máxima de Liebknecht, que dizia “educar, propagar e organizar”, a mesma em que se baseava Lênin.

O primeiro passo para estabelecer esse sistema de agitação e propaganda deve ser integrar em um plano comum e nacional todos os instrumentos atualmente existentes. Significa integrar a atividade do jornal, de um novo site, da revista América Socialista / Em Defesa do marxismo, podcasts, diversos perfis nas redes sociais e canais no YouTube.

Esse plano comum do sistema de agitação e propaganda da nova seção brasileira da ICR deve ter como orientação fundamental estabelecer as medidas mais adequadas para nos conectar a setores da juventude abertos às ideias comunistas. Para isso, esse plano comum deve levar em conta um senso de proporção de nossas forças a cada momento.

Ao mesmo tempo, esse plano deve combinar a maior audácia e o maior entusiasmo possível em sua elaboração e execução. Para realizar grandes empreendimentos é preciso ser entusiasta, dizia Saint-Simon.

Devemos, por meio desse plano comum, por exemplo, estabelecer uma conexão sensível com os sentimentos e debates que estão em pauta nas escolas em que realizarmos vendas coletivas, e traduzir isso na forma de artigos e vídeos e outros conteúdos que dialoguem e respondam a esses jovens.

Além disso, esse plano comum deve conseguir dialogar com as novas relações, linguagens e dinâmicas estabelecidas pelas novas gerações. A nova seção brasileira da ICR precisa fazer-se presente onde os jovens estão, em especial a juventude da juventude, por meio do TikTok, do Discord e outras formas digitais usadas pela juventude. Esse sistema de agitação e propaganda precisa estar em sintonia com os novos tempos e as novas gerações.